

Mercado sem trabalho

Ricardo de Menezes Barboza*

Mauricio Furtado*

O Globo, 6 de julho de 2019

A taxa de desemprego no Brasil está em 12,3%. São 13 milhões de pessoas desempregadas. Isso dá um universo de pessoas maior do que a população da Bolívia ou da República Tcheca.

Se contabilizarmos a população subocupada (que trabalha menos de 40 horas semanais, mas que gostaria de trabalhar mais) e a população desalentada (que gostaria de trabalhar, mas que desistiu de procurar emprego), chegaremos a uma taxa de desemprego ampliada de 25%.

Uma em cada quatro pessoas no mercado de trabalho brasileiro está desempregada, subempregada ou desalentada.

Desde 2017, a taxa de desemprego livre de influências sazonais vem em uma lenta trajetória de queda. Atualmente, há um risco não desprezível de que volte a aumentar.

Na década de 60, o economista Arthur Okun descobriu uma relação negativa entre crescimento do PIB e variação do desemprego. Essa relação ganhou o nome de “lei de Okun”.

A lei de Okun é bastante intuitiva: como a produção de bens e serviços necessita de trabalhadores, então um PIB mais elevado aumenta a quantidade de trabalhadores empregados. O aumento da população empregada, por sua vez, reduz a população desempregada. Ao final do processo, tem-se que quanto mais cresce o PIB, mais a taxa de desemprego diminui.

Estimamos a “lei de Okun” para o Brasil. Utilizando dados desde 1997, encontramos que a taxa de desemprego costuma diminuir quando o crescimento do PIB ultrapassa 2,2%. Essa relação, contudo, pode ter se alterado no passado recente, em função de algumas mudanças institucionais que ocorreram no país, como a Reforma Trabalhista.

Estimativas da lei de Okun utilizando dados mais recentes sugerem que o desemprego pode cair com um crescimento mais modesto, de cerca de 1%.

Eis que surge a notícia triste: com as perspectivas de crescimento do PIB descendo a ladeira, é provável que o desemprego permaneça em patamar elevado, podendo aumentar no futuro próximo.

A taxa de crescimento do PIB de 2019, prevista pelo consenso de mercado, está em 0,85%, sendo que no início do ano estava em 2,5%. Essa revisão baixista já está contaminando as previsões de crescimento para 2020.

Para que a situação se altere, é preciso que a atividade seja estimulada com os instrumentos de política econômica. No contexto brasileiro de contas públicas dramáticas, caberia ao Banco Central reduzir ainda mais a taxa Selic. A ociosidade gigantesca e as expectativas de inflação abaixo da meta permitem que isso aconteça.

Do contrário, a péssima situação do mercado de trabalho deve continuar nas cenas dos próximos capítulos. Com desemprego de dois dígitos, seguiremos discutindo o “mercado sem trabalho” e as consequências políticas (bem) desagradáveis que essa situação implica.

* Ricardo de Menezes Barboza e Mauricio Furtado são economistas.